



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 15/2024 (PROCESSO Nº 129)**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Marcus Jair Bandeira, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal 14.133/2021 e Lei Complementar 123/2006, além das demais disposições aplicáveis, inclusive a regulamentação municipal e condições estabelecida no Edital e seus anexos, torna público, para o conhecimento dos interessados, a realização de **Pregão Eletrônico** para **REGISTRO DE PREÇOS** para futuras e eventuais prestações de serviços (com fornecimento de peças/materiais) necessários para a manutenção de veículos modelo sprinter (van e ambulância), caminhões, ônibus, equipamentos agrícolas e maquinários pertencentes a **Municipalidade**, descritos no Anexo I, sendo que a licitação é do tipo **Menor Preço - Unitário por Lote**, atendendo a solicitação da:

**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**

**1. DO LOCAL, DATA E HORA:**

**1.1.** Local: plataforma eletrônica do site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

**1.1.1.** Final de recebimento de propostas: 08 horas do dia 26/04/2024.

**1.1.2.** Abertura das propostas: 08 horas e 30 minutos do dia 26/04/2024.

**1.1.3.** Modo de Disputa: Aberto.

**1.1.4.** Diferença mínima entre lances: R\$ 0,01 (um centavo de real).

**1.2.** Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito no item 1.1, até às **08 horas do dia 26 de abril de 2024**.

**1.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

**2. DO OBJETO:**

**2.1. REGISTRO DE PREÇOS** para futuras e eventuais prestações de serviços (com fornecimento de peças/materiais) necessários para a manutenção de veículos modelo sprinter (van e ambulância), caminhões, ônibus, equipamentos agrícolas e maquinários pertencentes a **Municipalidade**, descritos no Anexo I – Modelo de Proposta



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

**2.2.** A licitação será realizada por **LOTES**, facultando-se ao licitante a participação em quantos **LOTES** forem de seu interesse.

**2.2.1.** Fica a licitante obrigada a cotar **TODOS** os itens constantes no Lote que deseja participar, não devendo alterar o valor dos itens que estão descritos “valor para peças/materiais”, pois os valores são estimados e definidos pelo Município que serão utilizados quando e se necessários.

**2.3.** O critério de julgamento adotado será o **Menor Preço - Unitário Por LOTE**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021.

**2.4.** O orçamento da Administração não é sigiloso e foi elaborado com base no Decreto Municipal nº 4.569/2023.

**3. DA EXECUÇÃO E DA GARANTIA:**

**3.1.** Os serviços devem ser realizados no prazo máximo 02 (dois) dias úteis, após a solicitação e disponibilização do veículo/máquina pelo Município, junto a Garagem Municipal nos casos em que o conserto se dará no município.

**3.2.** Caso seja necessário a contratada fica obrigada a suas expensas buscar o equipamento na garagem municipal, cabendo a contratada as despesas com transporte e deslocamento do equipamento e ser consertado, assim como quaisquer outras despesas durante o percurso.

**3.3.** Os serviços de manutenção de ar condicionado em máquinas rodoviárias e injeção eletrônica em caminhões, máquinas rodoviárias, tratores e manutenção da injeção de máquinas rodoviárias devem ser prestados no município. Justifica-se a realização do conserto de ar condicionado no município, por ser um serviço possível de ser realizado fora da oficina mecânica, não necessitando de equipamentos de grande porte nos trabalhos, evitando assim o deslocamento das máquinas.

**3.3.1.** Em relação a prestação de serviços de injeção eletrônica no município, se faz necessário pela dificuldade no transporte dos veículos e máquinas, pois quando ocorre um defeito na injeção, compromete o funcionamento do motor e componentes hidráulicos.

**3.4.** Quando houver a necessidade de peças/materiais a contratada deverá enviar o orçamento a secretaria solicitante acompanhado de 03 notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de um ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo, e somente posterior autorização da Secretaria realiza a substituição das peças/materiais.



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

**3.4.1.** No caso em que a contratada nunca ter fornecido aquelas peças/materiais, a mesma irá dispor do seu orçamento a Secretaria solicitante e está irá realizar a pesquisa de preços para verificação do valor compatível ao valor de mercado e somente posterior a isso autoriza a substituição das peças/materiais.

**3.5.** A contratada deverá devolver todas as peças substituídas, embaladas com as devidas nomenclaturas, na entrega do equipamento na Garagem Municipal de Nova Ramada/RS, entregando-as ao fiscal do contrato.

**3.6.** A contratada deverá fornecer todos os equipamentos necessários para a realização dos serviços, devendo executá-los de segunda-feira a sábado, sempre que solicitados pelo Município.

**3.7.** A contratada deverá responsabilizar-se pela segurança do veículo/máquina durante a execução dos serviços, além de utilizar suas próprias ferramentas (sendo elas recomendadas pelo fabricante) e equipamentos para execução dos serviços;

**3.8.** As peças/materiais a serem fornecidas deverão atender às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daquelas produzidas pelos fabricantes das peças originais, conforme normas vigentes.

**3.9.** Para emissão da nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente deve ser observado o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

**3.10.** A empresa deverá prestar garantia dos serviços realizados pelo prazo mínimo de 03 (três) meses a contar da data da emissão da nota fiscal e entrega do veículo/máquina ou equipamento consertado.

**3.10.1.** As peças/materiais quando solicitadas e fornecidas deverão atender às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daquelas produzidas pelos fabricantes das peças originais, também a garantia deverá seguir a legislação vigente.

**4. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS:**

**4.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, no campo específico disponível na Plataforma [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

**4.2.** A resposta à **impugnação** ou ao **pedido de esclarecimento** será formalizada pelo Pregoeiro, e deverá ser divulgada em **sítio eletrônico oficial do Município** e no **Portal de Compras Públicas** no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, nos termos do disposto no § único do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

**4.2.1.** A resposta à impugnação, de que trata o item 4.2, será formalizada pelo Pregoeiro o qual dará vistas a Autoridade Superior para providências, se necessário.

**4.3.** Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas, nos termos do § 1º do art. 55 da Lei nº 14.133/2021.

**4.4.** A impugnação, feita tempestivamente pelo licitante, não impedirá sua participação nesta licitação, até a decisão definitiva, bem como as impugnações e os pedidos de esclarecimentos apresentados fora de prazo serão recebidos como mero exercício do direito de petição.

**5. DO CREDENCIAMENTO:**

**5.1.** O fornecedor deverá fazer seu cadastro no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, acessando o seguinte endereço: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**5.2.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de **chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível**, para acesso ao sistema eletrônico. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município responsabilidade por **eventuais danos** decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**5.3.** O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

**5.4.** As licitantes que desejarem obter os benefícios de preferência concedidos às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, deverão declarar, em CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA, sob as penas da Lei, que cumprem com os requisitos legais, estando aptas a usufruir o tratamento diferenciado estabelecido, nos termos dos artigos 43 a 49, da Lei Complementar Federal nº 123/06 e Lei Complementar Federal nº 147/14.

**6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO E OBSERVAÇÕES GERAIS:**

**6.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com credenciamento regular no Portal de Compras Públicas.

**6.2.** Como requisito para participação neste Pregão, o licitante deverá declarar, em CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, que está ciente e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

definidos neste Edital. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital sem prejuízo às demais cominações legais.

**6.3.** Os representantes das microempresas ou empresas de pequeno porte, deverão declarar em campo próprio do sistema, quando do envio da proposta inicial, que as respectivas empresas se enquadram nessa(s) categoria(s). A ausência da declaração, naquele momento, significará a desistência das microempresas ou empresas de pequeno porte de utilizar-se das prerrogativas da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

**6.4. Não poderão participar deste Pregão os licitantes e agentes públicos:**

**6.4.1.** Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**6.4.2.** Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**6.4.3.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**6.4.4.** Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

**6.4.5.** Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

**6.4.6.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

**6.4.7.** Empresas que se encontram em débitos com o Município de Nova Ramada.

**6.5.** Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando incidirem em algum dos incisos do art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

**6.6.** Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, desde que observadas as normas consignadas no art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

**6.7.** Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis, bem como os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional.

**6.8.** O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

**6.9.** A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado,





**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

sob sua responsabilidade pessoal. O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

**6.10.** Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “SIM” ou “NÃO” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

**6.10.1.** Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

**6.10.1.a)** Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

**6.10.1.b)** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

**6.10.2.** Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

**6.10.3.** Que atendem os requisitos para a habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas na forma da lei;

**6.10.4.** Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**6.10.5.** Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (caso esteja dispensado deverá comprovar);

**6.10.6.** Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**6.11.** A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

**7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS INICIAL E DA INCLUSÃO NO SISTEMA OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:**



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

**7.1.** Os licitantes encaminharão, **exclusivamente** por meio do sistema eletrônico a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de lançamento das propostas.

**7.2.** O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, **ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.**

**7.3.** As microempresas e empresas de pequeno porte **deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista**, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

**7.4.** Incumbirá ao licitante **acompanhar** as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**7.5.** Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão **retirar ou substituir** a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

**7.6.** Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**7.7.** Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**7.8.** Quando da apreciação dos documentos para habilitação, o pregoeiro procederá ao que segue:

**7.8.1.** Se os documentos de habilitação não estiverem completos, corretos e ou válidos, ou contrariarem qualquer dispositivo deste Edital, e não puderem ser saneados, o pregoeiro reputará o licitante **INABILITADO**.

**7.8.2.** No caso de inabilitação do primeiro classificado, serão retomados os procedimentos, respeitada a ordem de classificação do licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, e assim sucessivamente, até que sejam atendidas as condições do Edital.

**7.9.** Os licitantes remanescentes ficam obrigados a atender à convocação, ressalvados os casos de vencimento das respectivas propostas, sujeitando-se às penalidades cabíveis no caso de recusa.

**7.10.** Os documentos apresentados pelo licitante que forem emitidos pela internet terão sua validade verificada pelo pregoeiro no momento da habilitação.



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

**7.11.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para complementação de informações, conforme estabelece o art. 64 da Lei Federal 14.133/2021.

**7.12.** Nos termos do inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021, o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

**8. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS:**

**8.1.** O licitante enviará sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**8.1.1.** Valor unitário e total para cada item, em moeda corrente nacional;

**8.1.2.** Fabricante e marca de cada item ofertado, **quando houver**;

**8.1.3.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação descritas no Anexo I - Modelo Proposta, indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

**8.1.4.** Fica estipulado que a quantidade máxima a ser adquirida de cada item, bem como a quantidade mínima a ser cotada (pelo fornecedor) de cada item é o que consta no Anexo I – Modelo de Proposta.

**8.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**8.3.** As propostas econômicas devem compreender a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**8.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, **não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração**, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**8.5.** O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**9. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:**

**9.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, **por meio de sistema eletrônico**, na data, horário e local indicados neste Edital.





**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

**9.2.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas mínima exigidas no Anexo I – Modelo de Proposta, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

**9.3.** Também será **desclassificada** a proposta que identifique o licitante.

**9.4.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**9.5.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**9.6.** O sistema **ordenará automaticamente** as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**9.7.** O sistema disponibilizará **campo próprio para troca de mensagens** entre o Pregoeiro e os licitantes.

**9.8.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**9.9.** O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

**9.10.** Os licitantes poderão **oferecer lances sucessivos**, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**9.11.** O licitante somente poderá oferecer **lance de valor inferior ao último** por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**9.12.** Será adotado o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**9.13.** Aberta etapa competitiva, os representantes dos licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

**9.14.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de no mínimo **R\$ 0,01 (um centavo de real)**.

**9.15.** Será permitido aos licitantes a apresentação de lances intermediários durante a disputa.

**9.16.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado no sistema em primeiro lugar.



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

**9.17.** Durante o transcurso da disputa, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

**9.18.** No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

**9.19.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos licitantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**9.20.** No caso de desconexão da licitante, o mesmo deverá de imediato, sob sua inteira responsabilidade, providenciar sua conexão ao sistema.

**9.21.** A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

**9.22.** A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

**9.23.** Na hipótese de não haver novos lances durante o período de prorrogação a sessão pública será encerrada automaticamente.

**9.24.** Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução de um melhor preço, mediante justificativa.

**9.25.** Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor inicial de sua proposta.

**9.26.** Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

**9.27.** Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

**9.28.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances.

**9.29.** Em caso de **empate entre duas ou mais propostas**, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

**9.29.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

**9.29.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes.

**9.29.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento, quando houver.

**9.29.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**9.29.5.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**9.29.5.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado do Rio Grande do Sul.

**9.29.5.2.** Empresas brasileiras.

**9.29.5.3.** Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

**9.29.5.4.** Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**9.30.** Encerrada a fase de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

**9.31.** A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

**9.32.** Caso não exista possibilidade de negociação, via manifestação formal no chat, pelo fornecedor melhor classificado, **o prazo de negociação poderá ser reduzido.**

**9.33.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**9.34.** O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo mínimo de **2 (duas) horas** e no prazo máximo estipulado pelo Pregoeiro, envie a **PROPOSTA ADEQUADA** (devidamente assinada e através do Portal de Compras Públicas) **ao último lance ofertado** após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**9.35.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a **fase de aceitação e julgamento da proposta.**

**10. ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:**

**10.1.** Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

**10.2.** Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável, que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

**10.3.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

**10.4.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso do Pregoeiro no chat.

**10.5.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo estipulado pelo pregoeiro, sob pena de não aceitação da proposta.

**10.5.1.** O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, caso esse entenda pela necessidade de concessão maior de prazo para envio dos documentos.

**10.5.2.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do objeto ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

**10.6.** A Administração poderá solicitar, quando julgar necessário, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor.

**10.7.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**10.8.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade do certame.

**10.9.** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**10.9.1.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**10.9.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

**10.10.** Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

**10.11.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro **verificará a habilitação do licitante**, observado o disposto neste Edital.

**10.12.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro **verificará a habilitação do licitante vencedor, solicitando que o mesmo envie as documentações via sistema (através do Portal de Compras Públicas) em até 2h (duas) horas contadas da solicitação, podendo ser prorrogado a critério do pregoeiro.**

**11. HABILITAÇÃO:**

**11.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos documentos inseridos no Portal de Compras Públicas e ainda aos seguintes cadastros:

**11.1.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS ([ceiscadastro.cgu.gov.br](http://ceiscadastro.cgu.gov.br)) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ([portal.datransparencia.gov.br](http://portal.datransparencia.gov.br)).

**11.1.2.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)).

**11.1.3.** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU ([contas.tcu.gov.br](http://contas.tcu.gov.br)).

**11.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**11.2.1.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**11.2.2.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**11.2.3.** O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

**11.3.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**11.3.1.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**11.4.** Caso atendidas as condições de participação, **a habilitação dos licitantes será verificada por meio do Portal de Compras Públicas**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.

**11.4.1.** É dever do licitante **atualizar previamente as comprovações** constantes do Portal de Compras Públicas, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

**11.5.** Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificativa no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

**11.6.** Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo estipulado pelo Pregoeiro, sob pena de inabilitação.

**11.7.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

**11.8.** Não serão aceitos documentos de habilitação **com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.**

**11.9.** Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em **nome da matriz**, e se o licitante for a **filial**, todos os documentos deverão estar em **nome da filial**, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**11.9.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao **CND e ao CRF/FGTS**, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**11.10.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:





**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

**11.10.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

**11.10.2.** Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

**11.11.** Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, poderão sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**11.12.** Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

**11.13. HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

**11.13.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**11.13.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**11.13.4.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**11.13.5.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**11.13.6.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

**11.13.7.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**11.14. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

**11.14.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

**11.14.2.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**11.14.3.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

(DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

**11.14.4.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**11.14.5.** Regularidade perante a Justiça do Trabalho;

**11.14.6.** Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

**11.14.7.** Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

**11.14.8.** Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998.

**11.14.9.** Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa, empresa de pequeno porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

**11.15. HABILITAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA:**

**11.15.1.** Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa.

**11.15.1.a)** No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

**11.16. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL E TÉCNICO OPERACIONAL:**

**11.16.1.** Para serviços em motores, do Lote 07 “**Serviço especializado de manutenção de motores, unidades de injeção e bomba de alta de máquinas rodoviárias.**” A empresa vencedora deverá apresentar comprovante que a empresa possui engenheiro mecânico responsável pelos serviços. O profissional responsável técnico deverá apresentar registro profissional no CREA dentro do prazo de validade, a exigência de documentação técnica é necessária devido à complexidade dos serviços solicitados, sendo necessário profissionais qualificados.



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

**11.16.2.** A contratada deverá apresentar atestado/declaração fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado (constante o número do CNPJ da declarante), de que executou, satisfatoriamente contrato com objeto compatível com o ora licitado, em características e quantidades dos serviços, bem como no fornecimento das peças exigidas

**11.17.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**11.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação,** seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**11.19.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o **licitante será declarado vencedor.**

**12. ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:**

**12.1.** A proposta final do licitante declarado vencedor será encaminhada no sistema eletrônico no prazo de **02 (duas) horas** a contar da solicitação do Pregoeiro, podendo ser prorrogado ou reduzido de acordo com o Pregoeiro, e deverá:

**12.1.1.** Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

**12.1.2.** Conter a indicação do **banco, número da conta e agência** do licitante vencedor, para fins de pagamento.

**12.1.3.** Fornecer catálogo do produto ofertado, **se solicitado**, onde possam ser comprovadas as especificações mínimas exigidas no **Anexo I - Proposta**. Na falta/omissão de alguma especificação poderá ser diligenciado pelo Pregoeiro.

**12.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

**12.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

**12.4.** Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos, e o valor global em algarismos e por extenso.

**12.5.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

**12.6.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

**12.7.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

**12.8.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

**13. DO RECURSO:**

**13.1.** Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, se for o caso, **deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.**

**13.2.** O recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em **outros 3 (três) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**13.3.** O recurso/contrarrazões será(ão) analisado(s) pelo Pregoeiro, o **qual formalizará decisão administrativa.**

**13.3.1.** Havendo dúvida jurídica formalizada por esse, com indicação expressa do artigo legal que suscitou a dúvida, o processo poderá ser remetido à assessoria jurídica, que se limitará a analisar a aplicabilidade do dispositivo legal mencionado.

**13.4.** Da mesma forma, havendo dúvida quanto aos requisitos técnicos, e desde que motivado pelo Pregoeiro, poderá ser encaminhado ao setor requisitante para juntada de informações.

**13.5.** A decisão final do recurso/contrarrazões será formalizada pelo Pregoeiro

**13.5.1.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida (Pregoeiro), que se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

**13.6.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

**13.7.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

**14. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:**

**14.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**14.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**14.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**14.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**14.3.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”).

**15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:**

**15.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá, nos termos do art. 71 da Lei nº 14.133/2021:

**15.1.1.** Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

**15.1.2.** Revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

**c)** Proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

**15.1.3.** Adjudicar e Homologar a licitação.

**15.2.** Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

**15.3.** Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

**15.4.** O Município poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

**15.4.1.** A anulação da licitação torna sem efeito todos os subsequentes que deles dependam.



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

**16. DO PRAZO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**16.1.** Esgotados todos os prazos recursais, e após homologação do processo licitatório, a Administração, no prazo de 05 (cinco) dias, convocará a licitante classificada em 1º lugar para assinar a Ata de Registro de Preços.

**16.2.** A validade dos preços registrados será de 01 (um) ano, contados a partir da data da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogada na forma do art. 84º da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

**17. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**17.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

**17.1.1.** Dar causa à inexecução parcial do contrato;

**17.1.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**17.1.3.** Dar causa à inexecução total do contrato.

**17.1.4.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**17.1.5.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**17.1.6.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**17.1.7.** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**17.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**17.1.9.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**17.1.10.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

**17.1.11.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

**17.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item **17.1** deste edital as seguintes sanções, levando em consideração o contido no art. 156 e seguintes da Lei Federal 14.133, de 2021:

**17.2.1.** Advertência;

**17.2.2.** Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

**17.2.3.** Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.





**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

**17.2.4.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**17.3.** As sanções previstas nos itens “17.2.1, “17.2.3.” e “17.2.4” do item **17.2.** do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item alínea “17.2.2.” do mesmo item.

**17.4.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item **17.2** do presente Edital.

**17.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**17.6.** A aplicação das sanções previstas no item **17.2.** deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**17.7.** Na aplicação da sanção prevista no item **17.2**, item “17.2.2”, do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

**17.8.** Para aplicação das sanções previstas nos itens “17.2.3 e “17.2.4” do item **17.2** do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**17.9.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

**17.10.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**17.11.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**17.12.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

**17.12.1.** Reparação integral do dano causado à Administração Pública;



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

**17.12.2.** Pagamento da multa;

**17.12.3.** Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

**17.12.4.** Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

**17.12.5.** Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**17.13.** A sanção pelas infrações previstas nos itens “17.1.7” e “17.1.10” do item **17.1** do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**18. DO PAGAMENTO:**

**18.1.** O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, após a execução dos serviços, emissão da respectiva Nota Fiscal (em nome do MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA) e autorização de pagamento pela Secretaria solicitante do serviço.

**18.2.** Se na realização dos serviços foi necessário peças/materiais, a Secretaria solicitante deverá encaminhar junto com a solicitação de pagamento a descrição detalhada da peça/material, bem como a comprovação de pesquisa de mercado realizada conforme estabelece o item 2.3 que trata da execução.

**18.3.** No pagamento serão efetuadas as retenções conforme legislação vigente, devendo ser observado o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

**19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**19.1.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**19.2.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**19.3.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

**19.4.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**19.5.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**19.6.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**19.7.** O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**19.7.1.** A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**19.8.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**19.9.** A íntegra do Edital está disponível no endereço eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) ou [www.novaramada.rs.gov.br](http://www.novaramada.rs.gov.br), bem como poderão ser lidos e/ou obtidos na Prefeitura Municipal de Nova Ramada, junto ao setor de Licitações e ou diretamente com o Pregoeiro no horário das 8h às 12h e das 13h às 17h, localizado no prédio do centro administrativo, na Avenida Gustavo König, 95, telefone (55) 99975-7098.

**19.10.** Fazem parte integrantes deste Edital:

**19.10.1.** Anexo I – Modelo Proposta de Preços;

**19.10.2.** Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

**19.10.3.** Anexo III – Termos de Referência;

**19.10.4.** Anexo IV – Minuta de Contrato;

**19.10.5.** Anexo V – Relação de veículos, máquinas e equipamentos.

**19.11.** Fica eleito o Foro da Comarca de Ijuí/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Nova Ramada (RS), 11 de abril de 2024



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

---

Marcus Jair Bandeira  
Prefeito

---

Taciana Rubia Stefani  
Setor de Licitações

APROVO:

---

Tatiana Raquel Dallabrida  
OAB/RS 091.391-/- Assessora Jurídica



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

**ANEXO II**

**MINUTA ATA REGISTRO DE PREÇOS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024 - PROCESSO Nº 129**

**O MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA/RS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.611.828/0001-49, com sede na Avenida Gustavo König, 95, no Centro Administrativo, Município de Nova Ramada/RS, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **MARCUS JAIR BANDEIRA**, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF sob nº. 610.481.350-04, residente e domiciliado em Barro Preto na cidade de Nova Ramada/RS; nos termos da Lei Federal 14.133/2021, Lei Complementar 123/2006, e alterações; Decreto Municipal nº 4.609/2023, e ainda pelas condições estabelecidas pelo edital e suas partes integrantes, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 15/2024 – Processo nº 129, homologado em , resolve **REGISTRAR PREÇOS** com a EMPRESA ....., inscrita no CNPJ sob nº ....., com sede na ....., na cidade de ....., e-mail:..... representada neste ato pelo, Sr. ...., inscrito no CPF sob o nº ....., brasileiro, ....., residente e domiciliado na cidade de .....

**1. OBJETO:** A presente Ata de Registro de Preços tem por finalidade REGISTRO DE PREÇOS para futuras e eventuais prestações de serviços (com fornecimento de peças/materiais) necessários para a manutenção de veículos modelo sprinter (van e ambulância), caminhões, ônibus, equipamentos agrícolas e maquinários pertencentes a Municipalidade, conforme proposta vencedora do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO nº 15/2024 - Processo 129

Item	Quantidade Máxima	Und	Produto	Valor Unitário Registrado R\$
------	-------------------	-----	---------	-------------------------------

**1.1.** A quantidade máxima que poderá ser adquirida no período de validade da Ata de Registro de Preços é a que consta acima, ressalvando-se o direito da Administração em não contratar, conforme previsto nos artigos 82 a 86 da Lei Federal 14.1333/2021, e art. 5º, § 2º do Decreto Municipal nº 4.609/2023.

**1.2.** Fica estipulado que a quantidade mínima a ser cotada (pelo fornecedor) de cada item é o que consta no Anexo I – Modelo de Proposta.

**1.3.** Havendo possibilidade no Sistema Informatizado, poderão ser incluídos na presente Ata, os licitantes que aceitarem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor na sequência de classificação da



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

licitação, e posteriormente os licitantes que mantiverem a sua proposta original, conforme art. 82, § 5º, VI da Lei Federal nº 14.133/2021.

**1.4.** No caso de ser registrado mais de um licitante com o mesmo valor, em preço igual ao do licitante vencedor, ficará assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, conforme dispõe o art. 82, VII da Lei Federal nº 14.133/2021.

**2. DA VIGÊNCIA E PUBLICIDADE DA ATA:**

**2.1.** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, a partir da data de sua assinatura, ou seja, de ..../2024 até ..../2025, podendo ser prorrogada na forma do art. 84 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

**2.2.** A Ata de Registro de Preços referente ao Pregão Eletrônico supracitado, terá sua íntegra disponibilizada no sítio oficial desta Municipalidade.

**2.3.** É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços.

**3. DA EXECUÇÃO E GARANTIA:** As solicitações de fornecimento à empresa detentora desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS serão realizadas através de Contrato.

**3.1.** Os serviços devem ser realizados no prazo máximo 02 (dois) dias úteis, após a solicitação e disponibilização do veículo/máquina pelo Município, junto a Garagem Municipal nos casos em que o conserto se dará no município.

**3.2.** Caso seja necessário a contratada fica obrigada a suas expensas buscar o equipamento na garagem municipal, cabendo a contratada as despesas com transporte e deslocamento do equipamento e ser consertado, assim como quaisquer outras despesas durante o percurso.

**3.3.** Os serviços de manutenção de ar condicionado em máquinas rodoviárias e injeção eletrônica em caminhões, máquinas rodoviárias, tratores e manutenção da injeção de máquinas rodoviárias devem ser prestados no município. Justifica-se a realização do conserto de ar condicionado no município, por ser um serviço possível de ser realizado fora da oficina mecânica, não necessitando de equipamentos de grande porte nos trabalhos, evitando assim o deslocamento das máquinas.

**3.3.1.** Em relação a prestação de serviços de injeção eletrônica no município, se faz necessário pela dificuldade no transporte dos veículos e máquinas, pois quando ocorre um defeito na injeção, compromete o funcionamento do motor e componentes hidráulicos.

**3.4.** Quando houver a necessidade de peças/materiais a contratada deverá enviar o orçamento a secretaria solicitante acompanhado de 03 notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de um ano





**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo, e somente posterior autorização da Secretaria realiza a substituição das peças/materiais.

**3.4.1.** No caso em que a contratada nunca ter fornecido aquelas peças/materiais, a mesma irá dispor do seu orçamento a Secretaria solicitante e está irá realizar a pesquisa de preços para verificação do valor compatível ao valor de mercado e somente posterior a isso autoriza a substituição das peças/materiais.

**3.5.** A contratada deverá devolver todas as peças substituídas, embaladas com as devidas nomenclaturas, na entrega do equipamento na Garagem Municipal de Nova Ramada/RS, entregando-as ao fiscal do contrato.

**3.6.** A contratada deverá fornecer todos os equipamentos necessários para a realização dos serviços, devendo executá-los de segunda-feira a sábado, sempre que solicitados pelo Município.

**3.7.** A contratada deverá responsabilizar-se pela segurança do veículo/máquina durante a execução dos serviços, além de utilizar suas próprias ferramentas (sendo elas recomendadas pelo fabricante) e equipamentos para execução dos serviços;

**3.8.** As peças/materiais a serem fornecidas deverão atender às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daquelas produzidas pelos fabricantes das peças originais, conforme normas vigentes.

**3.9.** Para emissão da nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente deve ser observado o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

**3.10.** A empresa deverá prestar garantia dos serviços realizados pelo prazo mínimo de 03 (três) meses a contar da data da emissão da nota fiscal e entrega do veículo/máquina ou equipamento consertado.

**3.10.1.** As peças/materiais quando solicitadas e fornecidas deverão atender às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daquelas produzidas pelos fabricantes das peças originais, também a garantia deverá seguir a legislação vigente.

**4. DO PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, após a execução dos serviços, emissão da respectiva Nota Fiscal (em nome do MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA) e autorização de pagamento pela Secretaria solicitante do serviço.

**4.1.** Se na realização dos serviços foi necessário peças/materiais, a Secretaria solicitante deverá encaminhar junto com a solicitação de pagamento a descrição detalhada das peças/materiais, bem como a comprovação de pesquisa de mercado realizada conforme estabelece o item 3.4. que trata da execução.

**4.2.** No pagamento serão efetuadas as retenções conforme legislação vigente, devendo ser observado o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site:



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

<https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

**5. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**

**5.1.** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021 e Decreto Executivo Municipal nº 4.609/2023.

**5.2.** Havendo alteração de preços dos materiais, gêneros ou serviços tabelados por órgãos oficiais competentes, os preços registrados poderão ser reequilibrados em conformidade com as modificações ocorridas, conforme restar efetivamente demonstrado.

**5.2.1.** Na hipótese prevista no item 6.2, deverá ser mantida a diferença apurada entre o preço originalmente constante na proposta original e objeto do registro e o preço da tabela da época.

**5.2.2.** O disposto no item 5.2 aplica-se, igualmente, aos casos de incidência de novos tributos ou de alteração das alíquotas dos já existentes, ou fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, que impactem no custo do fornecedor, devendo o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ser analisado na forma do art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**5.2.3.** Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro dos valores, a Administração poderá restabelecer a relação pactuada, art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso da empresa, desde que devidamente justificados e requeridos antes da solicitação dos produtos.

**6. DA SUSPENSÃO E DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** O preço registrado poderá ser suspenso ou cancelado, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos seguintes casos:

**6.1.** Pela Administração, quando:

- a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que der origem ao registro de preços;
- b) o fornecedor recusar-se a assinar a ata ou a formalizar contrato decorrente do registro de preços, ressalvada a hipótese de a Administração aceitar sua justificativa;
- c) o fornecedor der causa à rescisão de contrato decorrente do registro de preços;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- f) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

**6.2.** Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar a impossibilidade de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços.

**6.3.** A comunicação do cancelamento ou da suspensão do preço registrado, nos casos previstos no inciso I deste artigo, deverá ser formalizada por e-mail ou por correspondência, ambos com aviso de leitura/recebimento, juntando-se o comprovante no processo que deu origem ao registro de preços.

**6.4.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir de 5 (cinco) dias úteis da sua publicação.

**6.5.** A solicitação do fornecedor para cancelamento de preço registrado somente o eximirá da obrigação de contratar com a Administração se apresentada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data da convocação para firmar contrato de fornecimento ou de prestação de serviços pelos preços registrados, ou da emissão do empenho, conforme o caso, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

**7. DA RESCISÃO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS:**

**7.1.** A Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida de pleno direito:

**7.2.** Pela Administração independentemente de interpelação judicial, precedido de processo administrativo com ampla defesa, quando:

- a)** A Detentora não cumprir as obrigações constantes da Ata de Registro de Preços;
- b)** A Detentora não formalizar Ata de Registro de Preços decorrente ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceita pela Administração;
- c)** A Detentora der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços;
- d)** Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços;
- e)** Por razões de interesse público, devidamente justificado pela administração;
- f)** No caso de falência ou instauração de insolvência e dissolução da sociedade da empresa Detentora;
- g)** Caso ocorra transferência a terceiros, ainda que em parte, das obrigações assumidas pela empresa detentora;
- h)** Caso não seja assinada a Ata de Registro de Preço no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado uma vez, desde que solicitado por escrito, antes do término previsto, e com exposição de motivo justo que poderá ser aceito ou não pela Administração;
- i)** A Licitante que convocada para assinar o documento deixar de fazê-lo no prazo fixado acima será excluída;



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

**7.3. Pela Detentora quando:**

- a) Mediante solicitação escrita, comprovar a ocorrência de caso fortuito ou força maior;
- b) A solicitação da Detentora para cancelamento do desconto registrado deverá ocorrer antes do pedido de entrega dos produtos por esta Municipalidade;
- c) A inexecução total ou parcial das obrigações pactuadas na presente Ata de Registro de Preços enseja a rescisão do objeto, unilateralmente pela Administração, ou bilateralmente, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou no Ato Convocatório, mediante formalização e assegurados o contraditório e ampla defesa, com fundamento na Lei nº 14.133/2021, contudo, sempre atendida a conveniência administrativa;
- d) Poderá ainda ser rescindido por mútuo consentimento, ou unilateralmente pela Administração a qualquer tempo, mediante notificação prévia de 30 (trinta) dias à DETENTORA, por motivo de interesse público e demais hipóteses previstas na Lei, ou ainda, judicialmente, nos termos da legislação pertinente.
- d1) Da rescisão procedida com base nesta cláusula não incidirá multa ou indenização de qualquer natureza.

**7.4.** A comunicação do cancelamento do valor registrado, nos casos previstos em Lei, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao Registro de Preços.

**7.5.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação na imprensa oficial, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

**8. PENALIDADES:**

**8.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato.
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

- g) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- h) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- i) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- j) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- l) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

**8.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 8.1 desta Ata as seguintes sanções, levando em consideração o contido no art. 156 e seguintes da Lei Federal 14.133, de 2021:

- a) Advertência;
- b) Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) Impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**8.3.** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 8.2. da presente ata, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

**8.4.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 8.2. da presente ata.

**8.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**8.6.** A aplicação das sanções previstas no item 8.2. desta ata, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**8.7.** Na aplicação da sanção prevista no item 8.1. alínea “b”, da presente ata, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação.

**8.8.** Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “d” e “g” do item 8.2. da presente ata, o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

**8.9.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data da intimação.

**8.10.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**8.11.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**8.12.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) Reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) Pagamento da multa;
- c) Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**8.13.** A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “g” e “j” do item 8.1. da presente ata, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**8.14.** Para fins desta Ata entende-se por contrato o Pedido de Empenho.

**9. DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:**

**9.1.** O Órgão Gerenciador desta Ata de Registro de preços será o Município de Nova Ramada/RS.

**9.2.** São obrigações do Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços, dentre a prática de todos os atos de controle e administração da ARP, as seguintes obrigações:

- a) Gerenciar a presente ata, indicando sempre que solicitado, o nome do detentor da ata, o preço e as especificações dos materiais/serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação;





**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

- b) Observar que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;
- c) Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação as novas condições de mercado;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na presente Ata.

**9.3.** Cabe as secretarias solicitantes, bem como o fiscal do contrato, proceder à fiscalização rotineira dos itens recebidos, quando ao cumprimento dos prazos, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações.

**9.4.** As secretarias solicitantes estão investidas do direito de recusar, em parte ou totalmente, os produtos e serviços que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que estejam sendo entregue fora dos dias preestabelecidos.

**10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**10.1.** As despesas correrão por conta da Dotação Orçamentária consignada no Orçamento desta Municipalidade.

**10.2.** Reger-se-á a presente Ata de Registro de Preços, no que for omissa, pelas disposições constantes na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelas condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico do qual ela se originou.

**10.3.** Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de Ijuí/RS com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**10.4.** E, assim por haverem concordado, declaram ambas as partes aceitar todas as disposições estabelecidas na presente Ata que lida e achada conforme, vai assinada pelo Município de Nova Ramada/RS, e pela empresa REGISTRADA, em duas vias de igual teor.

Aprovo:

---

Tatiana Raquel Dallabrida  
OAB/RS 091.391- Assessora Jurídica



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

**ANEXO IV - MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO N° ...../2024**

***“Contrato firmado entre o Município de Nova Ramada e a empresa....., .”***

**IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES**

**CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob n°. 01.611.828/0001-49, com sede na Avenida Gustavo König, 95, no Centro Administrativo, município de Nova Ramada/RS, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **MARCUS JAIR BANDEIRA**, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF sob n°. 610.481.350-04, residente e domiciliado em Barro Preto na cidade de Nova Ramada/RS;

**CONTRATADA: .....**, inscrita no CNPJ sob n° ....., com sede na ....., na cidade de ...../....., representada neste ato pelo, **Sr. ....**, inscrito no CPF sob o n° ....., brasileiro, ....., ....., residente e domiciliado na cidade de ...../.....

*As partes acima identificadas têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato Administrativo, considerando os expedientes constantes do processo Pregão Eletrônico n° 25 /2023 – Processo 378, que regerá pelas cláusulas e condições aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal n° 14.133/2021, inclusive nos casos omissos, suas alterações posteriores, legislação municipal e demais dispositivos legais aplicáveis.*

**DO OBJETO**

**Cláusula 1ª.** É objeto do presente contrato a prestações de serviços (com fornecimento de peças/materiais) necessários para a manutenção de veículos modelo sprinter (van e ambulância), caminhões, ônibus, equipamentos agrícolas e maquinários pertencentes a Municipalidade, conforme proposta vencedora do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO n° 15/2024 - Processo 129.

**DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE**

**Cláusula 2ª.** O CONTRATANTE deverá:

**Parágrafo primeiro.** Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA referente aos serviços e eventuais peças/materiais, em conformidade com a Cláusula 6ª;

**Parágrafo segundo.** Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;

**Parágrafo terceiro.** Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada na contratação e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

**Parágrafo quarto.** Cumprir todas as demais cláusulas do presente contrato.

**DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**Cláusula 3ª.** A CONTRATADA deverá:

**Parágrafo primeiro.** Manter durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a presente contratação.

**Parágrafo segundo.** A CONTRATADA fica obrigada a realizar os serviços e eventuais fornecimentos de peças/materiais, conforme especificações da Ata de Registro de Preços nº ...../2024 - Edital do Pregão Eletrônico nº 15/2024 - Processo 129 e em consonância com a proposta de preços.

**Parágrafo terceiro.** Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratado, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos.

**Parágrafo quarto.** Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado.

**DO PREÇO**

**Cláusula 4ª.** O valor a ser pago pelo **CONTRATANTE** em favor da **CONTRATADA** será de R\$ ....

**DA EXECUÇÃO**

**Cláusula 5ª.** Os serviços devem ser realizados no prazo máximo 02 (dois) dias úteis, após a solicitação e disponibilização do veículo/máquina pelo Município, junto a Garagem Municipal nos casos em que o conserto se dará no município.

**Parágrafo primeiro.** Caso seja necessário a contratada fica obrigada a suas expensas buscar o equipamento na garagem municipal, cabendo a contratada as despesas com transporte e deslocamento do equipamento e ser consertado, assim como quaisquer outras despesas durante o percurso.

**Parágrafo segundo.** Os serviços de manutenção de ar condicionado em máquinas rodoviárias e injeção eletrônica em caminhões, máquinas rodoviárias, tratores e manutenção da injeção de máquinas rodoviárias devem ser prestados no município. Justifica-se a realização do conserto de ar condicionado no município, por ser um serviço possível de ser realizado fora da oficina mecânica, não necessitando de equipamentos de grande porte nos trabalhos, evitando assim o deslocamento das máquinas.

**Parágrafo segundo a)** Em relação a prestação de serviços de injeção eletrônica no município, se faz necessário pela dificuldade no transporte dos veículos e máquinas, pois quando ocorre um defeito na injeção, compromete o funcionamento do motor e componentes hidráulicos.



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

**Parágrafo terceiro.** Quando houver a necessidade de peças/materiais a contratada deverá enviar o orçamento a secretaria solicitante acompanhado de 03 notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de um ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo, e somente posterior autorização da Secretaria realiza a substituição das peças/materiais.

**Parágrafo terceiro a)** No caso em que a contratada nunca ter fornecido aquelas peças/materiais, a mesma irá dispor do seu orçamento a Secretaria solicitante e está irá realizar a pesquisa de preços para verificação do valor compatível ao valor de mercado e somente posterior a isso autoriza a substituição das peças/materiais.

**Parágrafo quarto.** A contratada deverá devolver todas as peças substituídas, embaladas com as devidas nomenclaturas, na entrega do equipamento na Garagem Municipal de Nova Ramada/RS, entregando-as ao fiscal do contrato.

**Parágrafo quinto.** A contratada deverá fornecer todos os equipamentos necessários para a realização dos serviços, devendo executá-los de segunda-feira a sábado, sempre que solicitados pelo Município.

**Parágrafo sexto.** A contratada deverá responsabilizar-se pela segurança do veículo/máquina durante a execução dos serviços, além de utilizar suas próprias ferramentas (sendo elas recomendadas pelo fabricante) e equipamentos para execução dos serviços;

**Parágrafo sétimo.** As peças/materiais a serem fornecidas deverão atender às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daquelas produzidas pelos fabricantes das peças originais, conforme normas vigentes.

**Parágrafo oitavo.** Para emissão da nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente deve ser observado o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012

### **DO PAGAMENTO**

**Cláusula 6ª.** O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, após a execução dos serviços, emissão da respectiva Nota Fiscal (em nome do MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA) e autorização de pagamento pela Secretaria solicitante do serviço.

**Parágrafo primeiro.** Se na realização dos serviços foi necessário peças/materiais, a Secretaria solicitante deverá encaminhar junto com a solicitação de pagamento a descrição detalhada da peça/material, bem



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

como a comprovação de pesquisa de mercado realizada conforme estabelece o parágrafo terceiro que trata da execução.

**Parágrafo segundo.** No pagamento serão efetuadas as retenções conforme legislação vigente, devendo ser observado o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

**DA VIGÊNCIA**

**Cláusula 7ª.** O Contrato entra em vigor na data de sua assinatura e terá seu vencimento em .....

**DA GARANTIA**

**Cláusula 8ª.** A empresa deverá prestar garantia dos serviços realizados pelo prazo mínimo de 03 (três) meses a contar da data da emissão da nota fiscal e entrega do veículo/máquina ou equipamento consertado.

**Parágrafo único.** As peças/materiais quando solicitadas e fornecidas deverão atender às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daquelas produzidas pelos fabricantes das peças originais, também a garantia deverá seguir a legislação vigente.

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**Cláusula 9ª.** As despesas referentes ao presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO**

**Cláusula 9ª.** Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante comprovação e respeitando a repartição objetiva de risco estabelecida.

**Parágrafo único.** Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da data do fornecimento da documentação que o instruiu.

**DO REAJUSTE**

**Cláusula 10.** Transcorrido o período de 12 (doze) meses, a contar do mês do orçamento estimado de preços (constante no Termo de Referência) a CONTRATADA adquire o direito a ter seus preços



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

reajustados anualmente, através do índice constante no código tributário municipal ou outro que vier a substituí-lo, correspondente à variação no período.

**DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

**Cláusula 11.** O contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas nos artigos 137, 138 e/ou 139 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

**DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

**Cláusula 12.** A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Executivo n.º 4.563, de 27/03/2023. A gestão será realizada pela servidora Simone Chagas Rodrigues – Agente Administrativo, matrícula n.º 341-7/1, designada através da Portaria n.º 135/2023. A fiscalização dos serviços será realizada pelo servidor Sérgio Biancon matrícula n.º 138-2/1 – Secretário Municipal de Obras, Viação e Trânsito Adjunto; auxiliado por um representante de cada Secretaria a serem designados através de Portaria.

**DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**Cláusula 13.** Ficam fixadas os seguintes sanções:

**Parágrafo primeiro.** O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza durante a execução do contrato.

**Parágrafo segundo.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na **Cláusula 13º - parágrafo primeiro**, deste Contrato as seguintes sanções, levando em consideração o contido no art. 156 e seguintes da Lei Federal 14.133, de 2021:

- a) advertência;





**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**Parágrafo segundo.** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” da **cláusula 13ª - parágrafo segundo** deste Contrato poderá ser aplicado cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo parágrafo.

**Parágrafo terceiro.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no Parágrafo segundo deste Contrato.

**Parágrafo quarto.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**Parágrafo quinto.** A aplicação das sanções previstas na **cláusula 13ª - parágrafo segundo** deste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**Parágrafo sexto.** Na aplicação da sanção prevista na **cláusula 13ª - parágrafo segundo** da alínea “b”, do presente Contrato, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**Parágrafo sétimo.** Para aplicação das sanções previstas nas alíneas “c” e “d” da **cláusula 13ª - parágrafo segundo** do presente Contrato o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**Parágrafo oitavo.** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

**Parágrafo nono.** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

**Parágrafo décimo.** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133/2021 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa



**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**Parágrafo décimo primeiro.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;
- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**Parágrafo décimo segundo.** A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “e” e “g” da **cláusula 13ª - parágrafo primeiro** deste Contrato exigirá, como condição de reabilitação do contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**DAS CONDIÇÕES GERAIS**

**Cláusula 14.** As eventuais omissões desse contrato serão resolvidas pelas disposições constantes na Lei Federal nº 14.133/2021.

**DO FORO**

**Cláusula 15.** Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente Contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Ijuí/RS, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma

Aprovo:

\_\_\_\_\_  
Tatiana Raquel Dallabrida  
OAB/RS 091.391-7- Assessora Jurídica



**Município de Nova Ramada-RS**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

**ANEXO I – MODELO PROPOSTA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2024 – PROCESSO Nº 129**

**1.DO OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS para futuras e eventuais prestações de serviços (com fornecimento de peças/materiais) necessários para a manutenção de veículos modelo sprinter (van e ambulância), caminhões, ônibus, equipamentos agrícolas e maquinários pertencentes a Municipalidade, conforme especificações abaixo:

Código	Lote	Item	Quant	Und	Especificação	Valor Unitário Máximo R\$
					<b>LOTE 01</b>	
25846	1	1	200,00	h	Serviço de manutenção da injeção eletrônica em caminhões	203,33
25847	1	2	1,00	UN	Valor para peças necessárias para manutenção da injeção eletrônica em caminhões	50.000,00 (valor que não poderá ser alterado pelo licitante por que é a estimativa de valor para aquisição de peças/materiais quando necessários para a realização dos serviços referente o Lote 01)
					<b>LOTE 02</b>	
25041	2	1	200,00	h	Serviço de manutenção de injeção eletrônica em caminhões.	205,00
25042	2	2	1,00	UN	Valor para peças/materiais necessários para manutenção de injeção eletrônica em caminhões.	50.000,00 (valor que não poderá ser alterado pelo licitante)



**Município de Nova Ramada-RS**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

						por que é a estimativa de valor para aquisição de peças/materiais quando necessários para a realização dos serviços referente o Lote 02)
					<b>LOTE 03</b>	
25848	3	1	600,00	h	Serviço especializado de manutenção de motores, unidades de injeção e bomba de alta de caminhões	253,33
25849	3	2	1,00	UN	Valor de peças/materiais necessários para a manutenção de motores, unidades de injeção e bomba de alta de caminhões	200.000,00 (valor que não poderá ser alterado pelo licitante por que é a estimativa de valor para aquisição de peças/materiais quando necessários para a realização dos serviços referente o Lote 03)
					<b>LOTE 04</b>	
25043	4	1	80,00	h	Serviço de manutenção de injeção eletrônica em veículo sprinter e ônibus.	161,60



**Município de Nova Ramada-RS**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

25044	4	2	1,00	UN	Valor para peças/materiais necessários para manutenção de injeção eletrônica em veículo sprinter e ônibus.	40.000,00 (valor que não poderá ser alterado pelo licitante por que é a estimativa de valor para aquisição de peças/materiais quando necessários para a realização dos serviços referente o Lote 04)
<b>LOTE 05</b>						
25850	5	1	250,00	h	Serviço de manutenção de injeção eletrônica de maquinas rodoviárias e tratores	213,33
25851	5	2	1,00	UN	Valor para peças necessários para a manutenção de injeção eletrônica de maquinas rodoviárias e tratores	160.000,00 (valor que não poderá ser alterado pelo licitante por que é a estimativa de valor para aquisição de peças/materiais quando necessários para a realização dos serviços referente o Lote 05)
<b>LOTE 06</b>						



**Município de Nova Ramada-RS**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

25852	6	1	250,00	h	Serviço de manutenção de injeção de maquinas rodoviárias e tratores	215,00
25853	6	2	1,00	UN	Valor para peças necessárias para a de manutenção de injeção de maquinas rodoviárias e tratores	60.000,00 (valor que não poderá ser alterado pelo licitante por que é a estimativa de valor para aquisição de peças/materiais quando necessários para a realização dos serviços referente o Lote 06)
<b>LOTE 07</b>						
25854	7	1	800,00	h	Serviço especializado de manutenção de motores, unidades de injeção e bomba de alta de máquinas rodoviárias.	221,67
25855	7	2	1,00	UN	Valor para peças necessárias para manutenção de motores, unidades de injeção e bomba de alta de máquinas rodoviárias.	340.000,00 (valor que não poderá ser alterado pelo licitante por que é a estimativa de valor para aquisição de peças/materiais quando necessários para a realização dos





**Município de Nova Ramada-RS**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

						serviços referente o Lote 07)
					<b>LOTE 08</b>	
25856	8	1	250,00	h	Serviço de manutenção de ar condicionado de máquinas rodoviárias.	220,00
25857	8	2	1,00	UN	Valor para peças necessárias para manutenção de ar condicionado de máquinas rodoviárias.	150.000,00 (valor que não poderá ser alterado pelo licitante por que é a estimativa de valor para aquisição de peças/materiais quando necessários para a realização dos serviços referente o Lote 08)
					<b>LOTE 09</b>	
25858	9	1	1.050,00	h	Serviço de Manutenção de transmissão hidrostática de bombas hidráulicas, comandos hidráulicos e cilindros hidráulicos, em máquinas rodoviárias.	198,33
25859	9	2	1,00	UN	Valor para peças necessárias para manutenção de transmissão hidrostática de bombas hidráulicas, comandos hidráulicos e cilindros hidráulicos, em máquinas rodoviárias.	750.000,00 (valor que não poderá ser alterado pelo licitante por que é a estimativa de valor para aquisição de peças/materiais



**Município de Nova Ramada-RS**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

						quando necessários para a realização dos serviços referente o Lote 09)
--	--	--	--	--	--	--

**Total Geral: R\$ 2.594.257,00**

**OBSERVAÇÃO:** A licitação será realizada por Lote, ou seja, a licitante é obrigada a cotar todos os itens constantes no Lote que deseja participar. Os itens que são descritos “valor para peças/materiais” o valor apresentado NÃO poderá ser alterado, uma vez que são valores estimados definidos pelo Município que serão utilizados quando e se necessários.

**2. DA EXECUÇÃO:** Os serviços devem ser realizados no prazo máximo 02 (dois) dias úteis, após a solicitação e disponibilização do veículo/máquina pelo Município, junto a Garagem Municipal nos casos em que o conserto se dará no município.

**2.1.** Caso seja necessário a contratada fica obrigada a suas expensas buscar o equipamento na garagem municipal, cabendo a contratada as despesas com transporte e deslocamento do equipamento e ser consertado, assim como quaisquer outras despesas durante o percurso.

**2.2.** Os serviços de manutenção de ar condicionado em maquinas rodoviárias e injeção eletrônica em caminhões, maquinas rodoviárias, tratores e manutenção da injeção de maquinas rodoviárias devem ser prestados no município. Justifica-se a realização do conserto de ar condicionado no município, por ser um serviço possível de ser realizado fora da oficina mecânica, não necessitando de equipamentos de grande porte nos trabalhos, evitando assim o deslocamento das máquinas.

**2.2.1.** Em relação a prestação de serviços de injeção eletrônica no município, se faz necessário pela dificuldade no transporte dos veículos e maquinas, pois quando ocorre um defeito na injeção, compromete o funcionamento do motor e componentes hidráulicos.



**Município de Nova Ramada-RS**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

**2.3.** Quando houver a necessidade de peças/materiais a contratada deverá enviar o orçamento a secretaria solicitante acompanhado de 03 notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de um ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo, e somente posterior autorização da Secretaria realiza a substituição das peças/materiais.

**2.3.1.** No caso em que a contratada nunca ter fornecido aquelas peças/materiais, a mesma irá dispor do seu orçamento a Secretaria solicitante e está irá realizar a pesquisa de preços para verificação do valor compatível ao valor de mercado e somente posterior a isso autoriza a substituição das peças/materiais.

**2.4.** A contratada deverá devolver todas as peças substituídas, embaladas com as devidas nomenclaturas, na entrega do equipamento na Garagem Municipal de Nova Ramada/RS, entregando-as ao fiscal do contrato.

**2.5.** A contratada deverá fornecer todos os equipamentos necessários para a realização dos serviços, devendo executa-los de segunda-feira a sábado, sempre que solicitados pelo Município.

**2.6.** A contratada deverá responsabilizar-se pela segurança do veículo/máquina durante a execução dos serviços, além de utilizar suas próprias ferramentas (sendo elas recomendadas pelo fabricante) e equipamentos para execução dos serviços;

**2.7.** As peças/materiais a serem fornecidas deverão atender às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daquelas produzidas pelos fabricantes das peças originais, conforme normas vigentes.

**2.8.** Para emissão da nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente deve ser observado o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

**3. DA GARANTIA:** A empresa deverá prestar garantia dos serviços realizados pelo prazo mínimo de 03 (três) meses a contar da data da emissão da nota fiscal e entrega do veículo/máquina ou equipamento consertado.



**Município de Nova Ramada-RS**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**Secretaria Municipal de Administração**  
**Setor de Licitações**

**3.1.** As peças/materiais quando solicitadas e fornecidas deverão atender às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daquelas produzidas pelos fabricantes das peças originais, também a garantia deverá seguir a legislação vigente.

**4. DO PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, após a execução dos serviços, emissão da respectiva Nota Fiscal (em nome do MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA) e autorização de pagamento pela Secretaria solicitante do serviço.

**4.1.** Se na realização dos serviços foi necessário peças/materiais, a Secretaria solicitante deverá encaminhar junto com a solicitação de pagamento a descrição detalhada da peça/material, bem como a comprovação de pesquisa de mercado realizada conforme estabelece o item 2.3 que trata da execução.

**4.2.** No pagamento serão efetuadas as retenções conforme legislação vigente, devendo ser observado o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

OBS: Na sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**\* Demais informações necessárias constam no Edital.**



# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

<b>SOLICITAÇÃO Nº</b>	008/2024
<b>ASSUNTO:</b>	Registro de Preços para Manutenção Veicular da Municipalidade.

### 1. Definição do objeto

O objeto da presente contratação visa o registro de preços para prestação de serviços de manutenção veicular e aquisição de eventuais peças/materiais necessários aos veículos, ônibus, caminhões, veículos modelos sprinter (van e ambulância), máquinas rodoviárias, tratores e implementos agrícolas, pertencentes a Municipalidade.

Esta licitação se faz necessária pelo fato de que alguns itens foram licitados anteriormente e a mesma foi deserta, não sendo apresentado proposta para os itens, além de inclusão de item para serviço mais específico de mesma natureza. Neste sentido faz-se necessário licitação para atendimento das demandas da municipalidade.

A contratação da manutenção veicular se faz necessária, seja de forma preventiva ou corretiva, uma vez que o Município necessita estar com seus equipamentos em perfeitas condições de uso, com todo o seu funcionamento em dia e todos seus itens revisados, garantindo assim o bom desenvolvimento das atividades das Secretarias e o melhor atendimento as necessidades dos munícipes.

A contratação da prestação de serviços com fornecimento de peças/materiais é imprescindível, pois entende-se que nesta contratação não seria viável o parcelamento, considerando que não é recomendado a troca das peças/materiais em diferentes oficinas devido a garantia dos serviços.

### 2. Fundamentação da contratação

A presente contratação está fundamentada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar Nº 011/2024 de 25/03/2024 da Secretaria de Obras Viação e Trânsito; ETP Nº 21/2024 de 02/04/2024 – Secretaria Municipal de Cultura Desporto e Turismo; ETP Nº 17/2024 de 02/04/2024 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social; ETP Nº 11/2024 de 26/03/2024- Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

### 3. Descrição da solução como um todo

A solução proposta é o REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresas para a prestação de serviços e o fornecimento das peças/materiais (quando necessário para a execução de tal serviço), conforme relação de serviços e estimativa de valores de peças/matérias descrito nas listas em anexo, devendo os serviços ter garantia de no mínimo 03 (três) meses a contar da data de emissão da respectiva nota fiscal e entrega do veículo, e as peças/matérias as garantias conforme legislação vigente.

Justifica-se também a aquisição de peças/materiais do mesmo fornecedor que fará os serviços visando a garantia dos serviços prestados.





# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

### 4. Requisitos da contratação

Os serviços e materiais tem natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

Para a prestação de serviços especializados e fornecimento de peças/materiais pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da contratação.

As descrições dos serviços encontram-se em planilha anexa, junto com uma estimativa de valores para peças. Das peças/materiais consta um valor estimado pois não há como prever o que será necessário em cada prestação de serviço.

O Registro de Preços será realizada por meio de Pregão Eletrônico – **Menor Preço por Lote**, conforme regulamenta o Decreto Executivo Municipal nº 4.609, de 12 de maio de 2023.

O orçamento não necessita ser sigiloso.

### Condições, documentos e declarações para a HABILITAÇÃO da empresa vencedora:

#### HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- f) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- g) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida





# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

e) Regularidade perante a Justiça do Trabalho;

f) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

g) Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

h) Declaração que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998.

Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa, empresa de pequeno porte e às demais pessoas jurídicas a elas legalmente equiparadas, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

### HABILITAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA:

a) Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa.

a.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar os demais requisitos de habilitação.

### QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL E TÉCNICO OPERACIONAL:

a) Para serviços em motores, do Lote 07 **“Serviço especializado de manutenção de motores, unidades de injeção e bomba de alta de máquinas rodoviárias.”** a Licitante deverá apresentar comprovante que a empresa possui engenheiro mecânico responsável pelos serviços. O profissional responsável técnico deverá apresentar registro profissional no CREA dentro do prazo de validade, a exigência de documentação técnica é necessária devido à complexidade dos serviços solicitados, sendo necessário profissionais qualificados.

b) A contratada deverá apresentar atestado/declaração fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado (constante o número do CNPJ da declarante), de que executou, satisfatoriamente contrato com objeto compatível com o ora licitado, em características e quantidades dos serviços, bem como no fornecimento das peças exigidas

**Deverá das empresas classificadas em primeiro lugar, realizar a consulta das seguintes informações:**

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS ([ceiscadastro.cgu.gov.br](http://ceiscadastro.cgu.gov.br)) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ([portal.datatransparencia.gov.br](http://portal.datatransparencia.gov.br));

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido





# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br));

- c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU ([contas.tcu.gov.br](http://contas.tcu.gov.br));
- d) Consultar a Regularidade perante a Fazenda Municipal de Nova Ramada da empresa.

A contratação fica submetida as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 pelo descumprimento do objeto contratado. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações aqui ajustadas poderá ser aplicado as seguintes penalidades:

**4.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**4.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 4.1, as seguintes sanções, levando em consideração o contido no art. 156 e seguintes da Lei Federal 14.133, de 2021:

- a) advertência;
- b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
- c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**4.3.** As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 4.2, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

**4.4.** A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 4.2 desse termo.

**4.5.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.





# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

- 4.6. A aplicação das sanções previstas no item 4.2 deste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 4.7. Na aplicação da sanção prevista no item 4.2, alínea "b", do presente termo será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 4.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 4.2 do presente termo o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 4.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- 4.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
- 4.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 4.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
  - b) pagamento da multa;
  - c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
  - d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
  - e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
- 4.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "m" do item 4.1 do presente termo exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

### 5. Modelo de execução do objeto

A empresa vencedora deverá realizar o serviço e fornecer as peças/materiais necessários para o conserto, visando a garantia do serviço prestado, sendo que o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza. A contratada só poderá realizar a troca da peça/materiais após a autorização da Secretaria.

Com realização da Manutenção Veicular com prestação de serviços e aquisição de peças/materiais no mesmo fornecedor, desejasse maior agilidade na prestação dos serviços, e uma

Avenida Gustavo König, nº 95 – Centro – Cep: 98758-000

Site: [www.novaramada.rs.gov.br](http://www.novaramada.rs.gov.br) / e-mail: [administra@novaramada.rs.gov.br](mailto:administra@novaramada.rs.gov.br)





# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

assertividade na disponibilização das peças/ materiais necessários aquele conserto. A realização em conjunto dos serviços com materiais/peças disponibilizados pela mesma empresa, gera maior comprometimento por parte da empresa em relação a garantia dos seus serviços prestados, pois serão realizados e adquiridos todos juntos a oficina vencedora da licitação. Visando assim além da agilidade no processo, economicidade ao poder público, pois não irá necessitar compras as peças separadamente, somente terá que comprovar o valor de mercado conforme condição já descrita nesse documento, evitando assim de ter os veículos e máquinas parados na oficina por vários dias aguardando o Município adquirir as peças, que muitas vezes quando o Município adquire mesmo fornecendo todos os dados do veículo/máquina, muitas vezes as mesmas não servem nos equipamentos, devendo ser realizado a troca junto ao fornecedor que efetuou a venda, ocasionando mais lentidão ainda no conserto, causando prejuízos ao Município.

### DA EXECUÇÃO:

- a) A contratada deverá responsabilizar-se pela segurança do veículo/máquina durante a execução dos serviços, além de utilizar suas próprias ferramentas (sendo elas recomendadas pelo fabricante) e equipamentos para execução dos serviços;
- b) Caso seja necessário a contratada fica obrigada a suas expensas buscar o equipamento na garagem municipal, cabendo a contratada as despesas com transporte e deslocamento do equipamento e ser consertado, assim como quaisquer outras despesas durante o percurso.
- c) A contratada deverá devolver todas as peças substituídas, embaladas com as devidas nomenclaturas, na entrega do equipamento na Garagem Municipal de Nova Ramada/RS, entregando-as ao fiscal do contrato.
- d) As peças/materiais a serem fornecidas deverão atender às mesmas especificações técnicas e padrões de qualidade daquelas produzidas pelos fabricantes das peças originais, conforme normas vigentes.
- e) Serviço de manutenção de ar condicionado em máquinas rodoviárias e injeção eletrônica em caminhões, máquinas rodoviárias, tratores e manutenção da injeção de máquinas rodoviárias devem ser prestados no município. Justifica-se a realização do conserto de ar condicionado no município, por ser um serviço possível de ser realizado fora da oficina mecânica, não necessitando de equipamentos de grande porte nos trabalhos, evitando assim o deslocamento das máquinas. Em relação a prestação de serviços de injeção eletrônica no município, se faz necessário pela dificuldade no transporte dos veículos e máquinas, pois quando ocorre um defeito na injeção, compromete o funcionamento do motor e componentes hidráulicos.
- f) A empresa deverá iniciar o conserto no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, após a disponibilização do veículo/máquina pelo Município, junto a Garagem Municipal nos casos em que o conserto se dará no município.
- g) Quando houver a necessidade de peças/materiais a empresa vencedora deverá enviar o orçamento a secretaria solicitante acompanhado de 03 notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de um ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo, e somente posterior autorização da Secretaria realiza a substituição da peça/material. No caso em que a empresa vencedora nunca ter fornecido aquela peça/material, a mesma irá dispor do seu orçamento a Secretaria solicitante e está irá realizar a pesquisa de preços para verificação do valor compatível ao





# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

valor de mercado e somente posterior a isso autoriza a substituição da peça/material.

**h)** A contratada deverá prestar garantia do serviço pelo prazo mínimo de 03 (três) meses a contar da data da emissão da nota fiscal e entrega do equipamento consertado. A garantia das peças/materiais seguirá a legislação vigente.

### 6. Modelo de Gestão do Contrato

Para a contratação pretendida haverá necessidade de elaboração de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS uma vez que os serviços serão solicitados, conforme a necessidade de cada Secretaria. Já a elaboração de Minuta de Contrato, se faz necessária, tendo em vista que pretendesse contratar para um período, agilizando assim os serviços, estando já as secretarias autorizadas a levar os veículos e máquinas assim que necessário.

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto no Decreto Executivo nº 4.563, de 27/03/2023.

Como haverá a necessidade de elaboração de contrato, a gestão do mesmo deverá ser realizada pela servidora Simone Chagas Rodrigues – Agente Administrativo, matrícula nº 341-7/1, designada através da Portaria nº 135/2023. A fiscalização dos serviços será realizada pelo servidor Sérgio Biancon matrícula nº 138-2/1 – Secretário Municipal de Obras, Viação e Trânsito Adjunto; auxiliado por um representante de cada Secretaria a serem designados através de Portaria.

### 7. Critérios de medição e de pagamento

A prestação dos serviços será supervisionada por servidor indicado pela secretaria solicitante, o qual ficará responsável, autorizando a troca de peças quando necessário.

O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias, após a execução do serviço, emissão da respectiva Nota Fiscal (em nome do MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA) e autorização de pagamento pela Secretaria solicitante do serviço. No caso em que o conserto necessitou de peças/materiais no momento do encaminhamento para pagamento, deverá anexar os documentos que comprovem a autorização da troca da peça/material, os quais irão compor a solicitação de subempenho e pagamento da respectiva nota fiscal.

Para a emissão da nota fiscal a empresa deverá observar o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

No pagamento serão efetuadas as retenções conforme legislação vigente, devendo ser observado o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <https://www.novaramada.rs.gov.br>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

### 8. Forma e critérios de seleção do fornecedor ou prestador de serviço

Conforme pesquisa de mercado realizada, para solução da necessidade administrativa, objeto do presente Estudo Técnico Preliminar, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de empresa do ramo de atividade compatível com o objeto da contratação.

Neste sentido, segue como indicação de potenciais fornecedores as empresas:





# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

- 1- HIDRAULICA BOENO LTDA - CNPJ- 43.964.161/0001-08;
- 2- FELIPE TEIXEIRA - CNPJ- 38.501.362/0001-39;
- 3- SHOPPING TRUCK CHAPECÓ PEÇAS E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 29.724.998/0001-59;
- 4- AR TECH REFRIGERAÇÃO - CNPJ: 19.248.941/0001-77
- 5- Motopeças Comércio de Peças Agrícolas e Automotivas Ltda, CNPJ 05.628.120/0001-51;
- 6- Dolovitsch Cia Ltda, CNPJ 91.616.482/0001-64;
- 7- Autopeças Santo Augusto, CNPJ 35.326.443/0005-51;
- 8- Valdez de Assunção, CNPJ 04.736.766/0001-90;
- 9- Mesal Comércio de Peças Automotivas e Prest. Serv. Ltda., CNPJ 00.489.660/0001-88.

Tais referências foram obtidas através de pesquisa de preços em empresas da região que atuam no ramo pertinente aos serviços solicitados, uma vez que no Licitação e outros bancos de dados oficiais, não foi encontrado itens com as características e necessidades conforme solicitados pelas Secretarias, sendo necessário a pesquisa com fornecedores da região que apresentaram orçamento conforme descrição das secretarias.

### 9. Estimativa do valor da contratação

Estima-se para a presente contratação o valor total de R\$ 2.594.257,00 (dois milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, duzentos e cinquenta e sete reais), sendo R\$ 794.257,00 (setecentos e noventa e quatro mil, duzentos e cinquenta e sete reais) em serviço, e o valor estimado de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) de peças.

Observa-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado, de acordo com o disposto no Decreto Executivo nº 4.569/2023 e nos termos do Artigo 23 da Lei Federal 14.133/21.

### 10. Adequação orçamentária

De acordo com a contratação pretendida como Registro de Preços, no momento da solicitação de empenho será detalhado o Projeto/Atividade, Fonte de Recursos e Detalhamento da Fonte, com o respectivo despacho do Setor de Empenhos.





# Município de Nova Ramada

Estado do Rio Grande do Sul

CNPJ: 01.611.828/0001-49

## TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TURISMO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

### 11. Envolve recursos provenientes de Transferências Voluntárias da União?

- ( X ) NÃO.  
( ) SIM. QUAL?

Nova Ramada, 04 de abril de 2024.

  
Responsável pela elaboração  
Tatiane Raquel Uhde Pippi

Em acordo:

Nova Ramada, 04 de abril de 2024.

  
Tatiane Raquel Uhde Pippi  
Secretária de Administração

Parecer do Responsável financeiro:

- ( ) Há recursos financeiros disponíveis  
( ) A disponibilidade ocorrerá de acordo com o repasse federal/estadual  
( ) Não há previsão de disponibilidade de recursos financeiros antes de \_\_\_\_\_  
( ) Os recursos financeiros estarão disponíveis na efetiva aquisição.

Nova Ramada, .....de abril de 2024.

  
Cristina Breitenbach da Silva  
Secretária Municipal da Fazenda

## ANEXO I AO TERMO DE REFERÊNCIA GERAL - Nº 008/2024

Projeto/ Atividade:				CÓDIGO DA DESPESA:			
Fonte de Recursos:			Detalhamento da Fonte:				
Serviço Terc. - Pessoa Jurídica				Manutenção e conservação de veículos			
Cód.PAC	Item	Quant.	Unid.	DESCRIÇÃO			
				LOTE 1			
9,5	1	200	horas	Serviço de manutenção de injeção eletrônica em caminhões.			
1,25	2	1	Unid.	Valor para peças necessárias para manutenção de injeção eletrônica em caminhões.			
				LOTE 2			
9,5	1	200	horas	Serviço de manutenção de injeção de caminhões.			
1,25	2	1	Unid.	Valor para peças necessárias para manutenção de injeção em caminhões.			
				LOTE 3			
9,5	1	600	horas	Serviço especializado de manutenção de motores, unidades de injeção e bomba de alta de caminhões.			
1,25	2	1	Unid.	Valor para peças necessárias para manutenção de motores, unidades de injeção e bomba de alta de caminhões.			
				LOTE 4			
9,5	1	80	horas	Serviço de manutenção de injeção eletrônica em veículo sprinter e ônibus.			
1,25	2	1	Unid.	Valor para peças/materiais necessários para manutenção de injeção eletrônica em veículo sprinter e ônibus.			
				Total Serviços		R\$	246.592,00
				Total Peças		R\$	340.000,00
				TOTAL DA DESPESA		R\$	586.592,00
Projeto/ Atividade:				CÓDIGO DA DESPESA:			
Fonte de Recursos:			Detalhamento da Fonte:				
Serviço Terc. - Pessoa Jurídica				Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos			
Cód.PAC	Item	Quant.	Unid.	DESCRIÇÃO			
				LOTE 5			
				Vlr. Max. Item	Vlr. Total	Cód. Alimox.	

R\$ 12,2  
R\$ 15

06/07



9.4	1	250	horas	Serviço de manutenção da injeção eletrônica de máquinas rodoviárias e tratores.	RS	213,33	RS	53.332,50	25950
1.25	2	1	Unid.	Valor para peças necessárias para manutenção da injeção eletrônica de máquinas rodoviárias e tratores.	RS	160.000,00	RS	160.000,00	25951
<b>LOTE 6</b>									
9.4	1	250	horas	Serviço de manutenção da injeção de máquinas rodoviárias e tratores.	RS	215,00	RS	53.750,00	25952
1.25	2	1	Unid.	Valor para peças necessárias para manutenção da injeção de máquinas rodoviárias e tratores.	RS	60.000,00	RS	60.000,00	25953
<b>LOTE 7</b>									
9.4	1	800	horas	Serviço especializado de manutenção de motores, unidades de injeção e bomba de alta de máquinas rodoviárias.	RS	221,67	RS	177.336,00	25954
1.25	2	1	Unid.	Valor para peças necessárias para manutenção de motores, unidades de injeção e bomba de alta de máquinas rodoviárias.	RS	340.000,00	RS	340.000,00	25955
<b>LOTE 8</b>									
9.4	1	250	horas	Serviço de manutenção de ar condicionado de máquinas rodoviárias.	RS	220,00	RS	55.000,00	25956
1.25	2	1	Unid.	Valor para peças necessárias para manutenção de ar condicionado de máquinas rodoviárias.	RS	150.000,00	RS	150.000,00	25957
<b>LOTE 9</b>									
9.4	1	1050	horas	Serviço de Manutenção de transmissão hidrostática de bombas hidráulicas, comandos hidráulicos e cilindros hidráulicos, em máquinas rodoviárias.	RS	198,33	RS	208.246,50	25958
1.25	2	1	Unid.	Valor para peças necessárias para manutenção de transmissão hidrostática de bombas hidráulicas, comandos hidráulicos e cilindros hidráulicos, em máquinas rodoviárias.	RS	750.000,00	RS	750.000,00	25959
<b>Total Serviços</b>					RS		RS	547.665,00	
<b>Total Peças</b>					RS		RS	1.460.000,00	
<b>TOTAL DA DESPESA</b>					RS		RS	2.007.665,00	
<b>TOTAL GERAL SERVIÇOS</b>					RS		RS	794.257,00	
<b>TOTAL GERAL PEÇAS</b>					RS		RS	1.800.000,00	
<b>TOTAL GERAL DA DESPESA</b>					RS		RS	2.594.257,00	

Tatiane Raquel Ulied Pippi  
Responsável pela Elaboração

Secretário

Empenhos

Almoxarifado

**Anexo II - Ao TR Geral 08/2024**

<b>Relação de veículos, máquinas e demais equipamentos pertencentes a Municipalidade.</b>	
<b>Item</b>	<b>Descrição</b>
1	Retro escavadeira Manitou ano 2022
2	Pá carregadeira Hyundai HL 757-7, ano 2009
3	Trator de esteira Komatsu D41E-6
4	Escavadeira hidráulica New Holland, Modelo E175C ano de fabricação 2015 CHASSIS ZEF343MSNFLA11747
5	Motoniveladora (Caterpillar 120K, ano 2013
6	Motoniveladora Komatsu GD 555-3, ano 2010 CHASSI KMTGD008E51B15462
7	Motoniveladora Liugong ano 2023
8	Rolo Compactador Vibratório Autopropulsado Marca Muller, Modelo Wap70 Powertech L, Ano 2004
9	Rolo compactador CLG612H LIUGONG, ano 2018
10	Caminhão Ford Cargo 2629, Placa IZX1F57, CHASSIS 9BFZEANE6KBS80183 ano 2019
11	Caminhão Mercedes Bens PAC2, Atron 2729 K, ano/modelo 2014, CHASSI 9BM693388EB958211
12	Caminhão MB 1620, classic, CHASSI 9BM6953029B654653 ano 2009, placas IPY 9819
13	Caminhão Mercedes Bens 1620/51, ano 2002 CHASSIS 9BM6950142B305833
14	Caminhão cavalo mecânico volvo ano 2013 chassis 9BVVPOSIAD139519
15	Semi reboque carrega tudo (Plancha) placa IZC7G59 CHASSIS 99TCT02EKBLF7019
16	Van Branca (Kombi), ano/modelo 2010/2011, placas IQT 0723 CHASSIS 9BW/MF07X5BP000093
17	Camionete Chevrolet S10, cor prata, fabricação e modelo 2015 CHASSIS 9BG144CPOFC429427.
18	Veículo ônibus MPOLO/VOLARE V8L, placas ISN3732, ano de fabricação 2011, ano modelo 2012, chassi nº 93PB42G3PCC039379
19	Veículo Ônibus Marco Polo/Volare V8L, CHASSI 93PB54M10LC063216, ano/modelo 2020/2020, placas JAJ9B50
20	Veículo Ônibus Marco Polo/Volare V9L, CHASSI 93PB98S3IHC058549, ano/modelo 2017/2017, placas IYG0630
21	Veículo Ônibus escolar tipo MPOLO/VOLARE V8L 4x4 EO, ano/modelo 2014/2014, chassi 93PB58M1MEC052013, placas IVR 1G07.
22	Veículo Microônibus SPRINTER I/M.BENZ, placas JBJ8G59
23	Veículo Chevrolet Spin Premier 1.8 8V Econoflex Aut. - 7 passageiros, placas JBH9J25, ano 2022 e modelo 2023, chassi 9BGJP7520PB108795



24	Veículo Mercedes Benz, CDI Sprinter TCA Ambulância, placas ITZ 1866, ano e modelo 2012, veículo para 07 (sete) passageiros, chassi 8AC906633CE067435
25	Veículo Mercedes Benz, modelo Sprinter – 415 CDI, placas IVD 7717, ano 2013 e modelo 2014, veículo para 16 (dezesseis) passageiros, chassi 8AC906633EE083476
26	Veículo Mercedes Benz, modelo Sprinter TCA Ambulância, placas JBB9F45, ano 2021 e modelo 2022, veículo para 07 (sete) passageiros, chassi 8AC907633NE204425
27	Veículo Mercedes Benz, modelo Sprinter, placas JBR2G85, ano e modelo 2022, veículo para 16 (dezesseis) passageiros, chassi nº 8AC907643NE220959
28	Veículo microônibus Marcopolo/Volare TCA especial motor-casa, placas IVZ 1153, ano 2014 e modelo 2015, chassi 93PB44M10FC053468
29	Retroescavadeira Randon, ano/modelo 2019, Pat.7085,Chassi RDV406AQVK0007442.
30	Retroescavadeira modelo XC870BR-I, marca XCMG, CHASSI XUG087031.NPA00939.
31	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA CLG915E LIUGONG, 2020, patrimônio nº.7223, CHASSI:LG0915EZVHE067060.
32	TRATOR INDUSTRIAL CASE PÁ CARREGADERIA MOD. W20- ANO 1999, pat. 1584
33	Trator Agrícola New Holland TL75 azul, ano 2010, motor 4 cilindros 75CV, tanque de combustível 110L, MOTOR: BIN463521-placa 3753, Chassi ZACB67656.
34	Trator John Deere modelo 6100J, 2018, Patr. nº. 6757 Chassi: BM6100JPJA000875.
35	Trator John Deere modelo 6100J, 2018, Patr. sob nº6758, Chassi: BM6100 JPJA001075.
36	ROLO FACA 1 (sistema que possibilite o uso de três rolos faça simultaneamente ou individualmente, assim como o transporte nas estradas), Marca Sthar, Pat.7148
37	ROLO FACA 2- Marca Sthar, Pat.7149
38	ROLO FACA 3- Marca Sthar, Pat.7150
39	GRADE ARADORA marca PIZZIN modelo GAPIP, série nº11106549, com 18 discos, 2 rodas com pneus, Pat.4129.
40	VALETADEIRA ROTATIVA c/ 20 lâminas, rotação de 540rpm e 70cv de potência, marca agrimec - Pat. 5155.
41	GRADE ARADORA (GOBE) aro 16 para transporte, com 14 discos de 26 polegadas, diâmetro do eixo 1.5/8, mancais a graxa, largura de trabalho 1750mm. compatibilidade com trator de 75 cv. Marca: JHONNY, Modelo: JHGA, ano de fabricação 2018, Patr.6762
42	ARADO SUBSOLADOR (pé-de-pato) Manja AS7 acoplável aos 3 pontos dos tratores, com 7 hastes curvadas, Pat.4882.
43	ENXADA ROTATIVA ENCANTEIRADORA Lavrale, modelo RSFE-125/6c série 01735 Patr. nº 4876.
44	RASPADEIRA HIDRÁULICA/SCRAIP-ano 2019, cor verde,Marca Sthar Patr.nº 7190.
45	RASPADEIRA HIDRÁULICA/SCRAIP-, cor amarela
46	PLATAFORMA BASCULANTE, Patr. 2495

Anexo - Relação Veículos

Relação de veículos, máquinas e demais equipamentos pertencentes a Municipalidade.	
Item	Descrição
1	Retro escavadeira Manitou ano 2022
2	Pá carregadeira Hyundai HL 757-7, ano 2009
3	Trator de esteira Komatsu D41E-6
4	Escavadeira hidráulica New Holland, Modelo E175C ano de fabricação 2015 CHASSIS ZEP343MSNFLA11747
5	Motoniveladora (Caterpillar 120K, ano 2013
6	Motoniveladora Komatsu GD 555-3, ano 2010 CHASSI KMTGD008E51B15462
7	Motoniveladora Liugong ano 2023
8	Rolo Compactador Vibratório Autopropulsado Marca Muller, Modelo Wap70 Powerch L, Ano 2004
9	Rolo compactador CLG612H LIUGONG, ano 2018
10	Caminhão Ford Cargo 2629, Placa IZX1F57, CHASSIS 9BFZEANE6KBS80183 ano 2019
11	Caminhão Mercedes Bens PAC2, Atron 2729 K, ano/modelo 2014, CHASSI 9BM693388EB958211
12	Caminhão MB 1620, classic, CHASSI 9BM6953029B654653 ano 2009, placas IPY 9819
13	Caminhão Mercedes Bens 1620/51, ano 2002 CHASSIS 9BM6950142B305833
14	Caminhão cavalo mecânico volvo ano 2013 chassis 9BVPOSIADE139519
15	Semi reboque carrega tudo (Plancha) placa IZC7G59 CHASSIS 99TCT02EKB1.F7019
16	Van Branca (Kombi), ano/modelo 2010/2011, placas IQT 0723 CHASSIS 9BMW MF07X5BP000093
17	Camionete Chevrolet S10, cor prata, fabricação e modelo 2015 CHASSIS 9BG144CP0FC429427.
18	Veículo ônibus MPOL.O/VOLARE V8L, placas ISN3732, ano de fabricação 2011, ano modelo 2012, chassi nº 93PB42G3PCC039379
19	Veículo Ônibus Marco Polo/Volare V8L, CHASSI 93PB54M10LC063216, ano/modelo 2020/2020, placas JAJ9B50
20	Veículo Ônibus Marco Polo/Volare V9L, CHASSI 93PB98S3IHC058549, ano/modelo 2017/2017, placas IYGO630
21	Veículo Ônibus escolar tipo MPOL.O/VOLARE V8L 4x4 EO, ano/modelo 2014/2014, chassi 93PB58MI MEC052013, placas IVR 1G07.
22	Veículo Microônibus SPRINTER I/M,BENZ, placas JB38G59
23	Veículo Chevrolet Spin Premier 1.8 8V Econoflex Aut. - 7 passageiros, placas JBH9J25, ano 2022 e modelo 2023, chassi 9BGJP7520PB108795



24	Veículo Mercedes Benz, CDI Sprinter TCA Ambulância, placas ITZ 1866, ano e modelo 2012, veículo para 07 (sete) passageiros, chassi 8AC906633CE067435
25	Veículo Mercedes Benz, modelo Sprinter - 415 CDI, placas IVD 7717, ano 2013 e modelo 2014, veículo para 16 (dezesesseis) passageiros, chassi 8AC906633EE083476
26	Veículo Mercedes Benz, modelo Sprinter TCA Ambulância, placas JBB9F45, ano 2021 e modelo 2022, veículo para 07 (sete) passageiros, chassi 8AC907633NE204425
27	Veículo Mercedes Benz, modelo Sprinter, placas JBR2G85, ano e modelo 2022, veículo para 16 (dezesesseis) passageiros, chassi nº 8AC907643NE220959
28	Veículo microônibus Marcopolo/Volare TCA especial motor-casa, placas IVZ 1153, ano 2014 e modelo 2015, chassi 93PB44M10FC053468
29	Retrosescavadeira Randon, ano/modelo 2019, Pat.7085, Chassi RDV406AQQVK0007442.
30	Retrosescavadeira modelo XC870BR-I, marca XCMG, CHASSI XUG08703LNPAA00939.
31	ESCAVADORA HIDRÁULICA CLG915E LUGONG, 2020, patrimônio nº 7223, CHASSI: LGC915EZVHE067060.
32	TRATOR INDUSTRIAL CASE PÁ CARREGADERIA MOD. W20- ANO 1999, pat. 1584
33	Trator Agrícola New Holland TL75 azul, ano 2010, motor 4 cilindros 75CV, tanque de combustível 110L, MOTOR: BIN463521-placa 3753, Chassi ZACB67656.
34	Trator John Deere modelo 6100J, 2018, Pat. nº 6757 Chassi: BM6100JPJA000875.
35	Trator John Deere modelo 6100J, 2018, Pat. sob nº 6758, Chassi: BM6100 JPJA001075.
36	ROLO FACA 1 (sistema que possibilita o uso de três rolos faça simultaneamente ou individualmente, assim como o transporte nas estradas), Marca Sithar, Pat.7148
37	ROLO FACA 2- Marca Sithar, Pat.7149
38	ROLO FACA 3- Marca Sithar, Pat.7150
39	GRADE ARADORA marca PICCIN modelo GAP1P, série nº 11106549, com 18 discos, 2 rodas com pneus. Pat.4129.
40	VALETADEIRA ROTATIVA c/ 20 lâminas, rotação de 540rpm e 70cv de potência, marca agrimec - Pat. 5155.
41	GRADE ARADORA (GOBE) ano 16 para transporte, com 14 discos de 26 polegadas, diâmetro do eixo 1.5/8, mancais a grana, largura de trabalho 1750mm, compatibilidade com trator de 75 cv. Marca: JHONNY, Modelo: JHGA, ano de fabricação 2018, Pat.6762
42	ARADO SUBSOLADOR (pé-de-pato) Manja AS7 acoplável aos 3 pontos dos tratores, com 7 hastes curvadas, Pat.4882.
43	ENXADA ROTATIVA ENCANTEIRADORA Lavale, modelo RSFE-125/6c série 01735 Pat. nº 4876.
44	RASPADEIRA HIDRÁULICA/SCRAIP-ano 2019, cor verde, Marca Sithar Pat. nº 7190.
45	RASPADEIRA HIDRÁULICA/SCRAIP-, cor amarela
46	PLATAFORMA BASCULANTE, Pat. 2495